

**UMA OBRA EM SURSIS.
FLORESTAN FERNANDES ENTRE A ACADEMIA E O PARTIDO
(1969-1983).**

Lidiane Soares Rodrigues¹

A pesquisa que aqui se apresenta é dedicada à fração da obra de um dos protagonistas de mais relevo em nosso cenário científico e político recente. Um olhar prévio, de sobre-vôo, em seu percurso elucida os propósitos da pesquisa que desenvolvemos. Florestan Fernandes foi artífice da institucionalização da Sociologia em São Paulo, e professor dessa disciplina na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) por quase três décadas. Em 1969, a aposentadoria compulsória imposta pelo regime militar o arrancou do ambiente universitário cuja formação mesclou-se à sua própria, conforme a pormenorizada análise de Maria Armanda do Nascimento Arruda (2001). Lecionou na Universidade de Toronto, até 1972; como visitante na Yale University, em 1977, ano em que ministrou cursos de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O perfil multifacetado de sua trajetória se espelha tanto em seus numerosos *compagnons de route* como em seus adversários. Ângulo privilegiado à observação disso é a diversidade de interlocutores que se apresentam nas muitas cerimônias em sua homenagem. Nelas, ouve-se o eco de sua aguerrida atuação, que contemplou notórios empreendimentos científicos, editoriais, políticos. Idealizou as revistas *Debate e Crítica e Contexto*, dirigiu a coleção Pensamento Socialista, ambas pela Editora Hucitec; coordenou Grandes Cientistas Sociais, junto à Editora Ática; contribuiu para numerosos periódicos – oficiais e “alternativos” – como *Leia Livros*, *Voz da Unidade*, *Nova Escrita Ensaio*, *Opinião*, *Movimento*, *Senhor*, *Senzala*, *Folhetim*. A partir de 1983, escreveu periodicamente na *Folha de S. Paulo*. Foi eleito duas vezes como deputado federal, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – ao qual se filiou em 1986, com o intuito precípuo de participar da elaboração da Constituinte. Tão significativo quanto os vínculos que estabeleceu são os que se recusou a travar: empregos no exterior e de dotações de capital estrangeiro. A aura em torno de sua imagem é abrilhantada pelas peripécias por meio das quais transmutou o destino comum de seus iguais de origem social extremamente

humilde – examinadas por Sylvia Gemignani Garcia. *Destino ímpar. Sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora 34, 2002. Se considerarmos a complexidade em jogo nos valores socialmente compartilhados diante de trajetórias de ascensão social, que a sua tenha se dado sob o signo da integridade concorre para a estima e respeitabilidade evocada por sua figura pública.

A unanimidade desse reconhecimento oculta divergências, contudo. No quadro composto pelos temas suscitados por tal percurso, a *concordância* quanto a sua incontestável relevância está na base da *divergência* no que se refere ao perfil intelectual que ela representa – o tema consiste mesmo no ponto centrípeto da discussão travada entre seus comentaristas. Atravessados pela problemática da inserção institucional e do modelo intelectual promovido por tal vínculo; pela dramática experiência de aposentadoria compulsória, e seus desdobramentos; pelas áreas de estudo com as quais contribuiu; pelas diversas tradições de pensamento com as quais dialogou – os epítetos que batizam Florestan Fernandes não se esgotam: é um “um mestre perturbador”, para Paulo H. Martinez; “um educador engajado”, para Afrânio Catani; um “publicista revolucionário”, para Paulo Silveira; “um militante incansável”, para Antonio Candido, que, com Carlos Guilherme Mota, Miriam Limoeiro Cardoso, e outros, não titubeiam em denominá-lo: “marxista” – convicção ainda mais inequívoca nas palavras de Aziz Ab’Saber, ao assegurar que “Florestan foi mais intelectual orgânico que o próprio Gramsci”, assertiva sustentada em homenagem prestada por ocasião do término de seu segundo mandato, reunidas em livro cujo título sintetiza algo de sua figura: *Florestan ou o sentido das coisas*, organizado por Paulo Henrique Martinez e editado em São Paulo pela Boitempo Editorial, 1998. Se essa multiplicidade está marcada por enquadramentos distintos do percurso, o exame atento de sua fortuna crítica tornou patente que a não concordância acerca de como a *equação entre os âmbitos político e acadêmico* se elaborou nessa trajetória estava na base da proliferação das denominações, que procuram de alguma maneira condensar o modo como a compreendem.

Como é usual, quando se trata das aproximações e distanciamentos entre a autonomia científica e a intervenção política, tomando-se um percurso como o de Florestan Fernandes, no qual ambas são emblemáticas, ao procurar estabelecer as bases de uma periodização, na busca pelo substrato histórico e teórico de suas viragens, emergem as questões da ruptura, da continuidade, dos critérios que embasam estes cortes e do sentido construído a partir daí. Notávamos, contudo, que as oposições de definição germinavam em terreno comum: endossando ou refutando a ruptura do cientista pelo político, as definições eram elaboradas *a partir* do binômio pensamento/ação, ciência/política. Com esse horizonte em mira, indagamos: se frequentemente a crítica coloca dois momentos de atuação ideal em esferas distintas como pontos que devem ser ligados através de uma

construção de sentido histórico – o cientista e o político – qual seria o potencial heurístico de uma abordagem que se debruçasse sobre um período em que o sociólogo não se vinculasse institucionalmente a nenhuma dessas esferas? Ora, uma vez que o sociólogo é primordialmente associado aos anos da institucionalização da Sociologia na FFCL-USP e ao Partido dos Trabalhadores (PT), a lacuna entre esses dois áureos períodos, de expressividade pública vulcânica, com centralidade em comprometimentos institucionais, merecia exame. Entre tais anos, 1969 e 1986, Florestan Fernandes vive tempos nebulosos, em tudo distintos daqueles nos quais as mencionadas instituições eram centrais em sua vida pública. São anos de esquecimento – nenhum dos epítetos o define pelas atividades que desenvolveu neles – tema de dileção historiográfica.

Adotando a perspectiva de que exista em Florestan Fernandes uma relação *constante* entre pensamento e ação, como quer Gabriel Cohn, às páginas 126 de seu artigo intitulado Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes, na coletânea organizada por Ricardo Antunes, Reginaldo Moares e Vera Ferrante. *Inteligência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986, que sofre *reelaboração diante dos enfrentamentos impostos pela história*; propomos a apreensão da historicidade dessa *tensão* constante, por meio das formulações do próprio autor, no período indicado. A fecundidade do estudo pareceu-nos comprovada por ser precisamente entre esses anos que a dimensão *auto-reflexiva* de sua obra tornou-se mais intensa, expressando-se no pulular de textos dedicados à condição intelectual. Esse traço não estaria dissociado de uma saída dramática de um circuito institucional, o universitário, e da futura adesão crítica a outro, o partidário. Substancialmente, nossa pesquisa consistiu na análise dessa fração da obra de Florestan Fernandes, reconstituindo o percurso de suas próprias elaborações sobre o tema da autonomia intelectual e do compromisso político, acompanhando suas transformações *pari passu* às desventuras de nossa história social e política, às relações com o próprio meio científico e acadêmico e às viragens em suas prospecções acerca da modernidade no Brasil.

Encontramos então, no período propostos, três momentos básicos. Um primeiro, encerrado nos anos em que lecionou no Canadá, marcado pela recusa de alguns elementos constitutivos de seu constructo acadêmico e pela afirmação de sua identidade política socialista – sem que daí resulte uma proposta de conduta intelectual em novos alicerces, mas sinalizando tensões na origem de futuros equacionamentos. A aposentadoria compulsória lançou-o diante “dos desdobramentos do seu projeto, submetido, a partir de seu afastamento da universidade, à prova das circunstâncias” e dos dilemas de uma história “que escapava à racionalidade de uma ciência forjada na relação com a experiência acabada da modernidade”, para tomar emprestadas as palavras de Maria Arminda do Nascimento Arruda e de Sylvia Gemignani Garcia em seu *Florestan Fernandes, mestre da so-*

Lidiane Soares Rodrigues

ciologia moderna. Brasília, Paralelo 15/Capes, 2003, p. 10. Indagar-se acerca do sentido dos seus esforços e reconstruir tal sentido era tarefa urgente. É na condição de *latin american in residence lectures* que as primeiras fissuras no projeto acadêmico começariam a se processar, por meio da reflexão sobre as ditaduras latino-americanas e os intelectuais colaboradores das mesmas, verdadeiro disparate no interior de suas concepções acerca do cientista social. A reflexão sobre o tema manifesta-se por meio de comunicações acadêmicas e da avaliação elogiosa da trajetória de Lênin. Em seu projeto acadêmico, a institucionalização da Sociologia se vincava a certa compreensão do processo histórico brasileiro em curso, a que se tributava as “tarefas intelectuais dos sociólogos”. Afirmava ele em meados dos cinqüenta: “O passado possui pouca significação. O que importa é o presente e, acima de tudo, o futuro” (FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo, Difel, 1974). Daí uma visão segundo a qual as forças do arcaísmo e da modernidade, que se remetiam respectivamente ao passado e ao futuro, estavam num confronto no interior da nação – que fazia imperativa certa agenda acadêmico política, na qual o atalho privilegiado para alçar o Brasil ao nível de desenvolvimento dos “países adiantados” era a ciência e a tecnologia científica (ROMÃO, Wagner de Melo Romão. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo, Humanitas, 2006). Com franca inspiração em Karl Mannheim, esse “projeto político acadêmico” dedicava um ramo da Sociologia a tais questões: a Sociologia Aplicada, que, fazendo frente aos pontos de estrangulamento para o deslanche da ordem social em constituição – a competitiva – cumpria uma tarefa *ao mesmo tempo* científica e compromissada. O perfil moderno de intelectual – aquele que intervém a partir de sua esfera de competência e não apenas defende “seu campo autônomo, regido por valores próprios, mas passa a propor a extensão desses valores para orientar a vida social, política e ética da coletividade”, em expressão sintética de Pierre Bourdieu em “The role of intellectuals in the modern world”. *Telos*, n. 81. Nova York, 1989. – traduzia-se em larga medida, na aposta numa ordem social que promovesse os homens segundo seu mérito, sendo esta possibilidade virtualmente aberta a todos. O processo suposto na base da formulação do projeto acadêmico político, com o fechamento das vias democráticas em 1964 cedia o cenário histórico à modernidade precária, tão dada à interdição dos ideais que a modernidade idealizada supunha em curso de universalização, inviabilizava os papéis delimitados para os cientistas sociais e colocava em dúvida alguns aspectos de suas análises sobre o Brasil.

A despeito, contudo, da afirmação de sua identidade socialista, da dedicação ao estudo das revoluções socialistas e da elaboração de um perfil biográfico elogioso de Lênin,

o terreno em que se ergue suas elaborações é delimitado pela sociologia clássica – ainda que antes ela seja denominada “aplicada” e então passe a “sociologia da revolução”, conforme passa, então, a denominá-la, Florestan Fernandes (*Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973). Uma reformulação mais ampla de seus referenciais seria encetada apenas no que chamamos de segunda fase no período analisado: entre 1973, quando, ao retornar do Canadá, conclui sua *opus magnum*, *A revolução burguesa no Brasil* e dá contornos autobiográficos à reflexão sobre a condição intelectual, em balanços de sua trajetória pessoal e geracional, vinculados ao rumo da mesma revolução que intitula aquela obra. Em *A revolução burguesa no Brasil*, com efeito, “arremata a reflexão” – feliz expressão de Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) – sobre nossa modernidade, concluindo que há, no Brasil, entre *transformação capitalista e dominação burguesa*, uma dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, resultante da *forma típica de acumulação de capital* nos quadros do capitalismo periférico e dependente (FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 292). Essa (des)articulação no centro do conceito de “modelo autocrático burguês de desenvolvimento capitalista” indica que o desenvolvimento capitalista concilia “formas econômicas” “modernas”, “antigas”, e “arcaicas” – o que define seu tipo de “acumulação originária de capital”, pois daí é extraída “parte do excedente econômico que financia a modernização econômica, tecnológica e institucional”. (Idem, pp. 269-270). Mantendo assim o passado vivo no presente, acorrentando a “expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista” (Idem, p. 167), a burguesia correspondente não universaliza a igualdade, mas a estabelece entre os privilegiados; segregando os tempos da modernidade social, econômica e política, privatizando o poder político. Conciliação proveitosa do mais novo com o mais arcaico que se repõe incessantemente – tudo se passa “como se o burguês moderno renascesse das cinzas do senhor antigo” (Idem, p. 168).

Pode-se afirmar que nesta obra, a posição política pessoal socialista e a formação acadêmica de sociólogo, conflito enfrentado desde os primórdios de sua carreira, encontram um encaminhamento. Pois, se “trata-se de equacionar, sociologicamente a negação de um presente indesejável” (Idem, p. 10), o socialismo, opção política subjetiva e individual, ganha corporificação teórica na obra em que a compreensão da revolução burguesa típica dos países capitalistas dependentes dá a chave de compreensão para a revolução socialista possível e necessária nesses contextos. Trata-se de um *equacionamento sociológico da negação da ordem capitalista*, e por isso a obra propicia uma espécie de “autorização sociológica” ao socialista, conferindo estatuto diferenciado à posição política do autor, até então alçada no plano da escolha política estritamente pessoal.

São faces de um mesmo processo de reconstituição de sua identidade intelectual, pensar a negação da ordem em termos sociológicos e reconstituir sua “história de vida”, por meio de depoimentos autobiográficos, sendo expressivo disso a publicação de *A Sociologia no Brasil*, livro de 1977. Desse modo, os fracassos de sua “geração perdida” são subordinados à precariedade da modernidade periférica, sendo o alinhamento sociológico que liga sua geração aos rumos históricos nacionais, oferecido pela natureza de nossa revolução burguesa. O meio intelectual, como as forças motoras da modernidade, absorve e é absorvido pela debilidade da floração da ordem moderna, operando como força de manutenção do mesmo *status quo* que o cerceia. Tributária da ordem social em que nasce e dos vínculos de classe que atravessam as instituições nesse modelo – a *intelligentsia* não conquista sua autonomia, contentando-se com um pseudo-consentimento dela. E, como não é autônoma, não pode universalizar seus valores para a sociedade; ao contrário, é suscetível à invasão da ingerência e desmandos externos ao campo institucional, do qual, suposta e minimamente, deveria ter o controle. É evidente que a verve crítica se alimenta da recente inviabilização de seu próprio *projeto acadêmico político de modernidade*. Não seria sem obstáculos que a reconstituição autobiográfica – marcada por um crivo sociológico que converte o sujeito em seu próprio objeto de análise – seria empreendida. Entre o distanciamento necessário e o envolvimento inexorável, desenvolve-se a autocrítica, emergindo um emaranhado de asserções conflituosas – movidas por duas versões precisas: a que retoma *compreensivamente* o sentido da própria ação, e a que procura explicar sua derrota política à luz das novas conclusões teóricas e posições políticas, e, portanto, não sem tom anacrônico. Mesclada à crise de identidade, a lapidação do próprio passado adensa um estrangeirismo com relação à esfera acadêmica, na qual se formou e ajudou a formar. Imbricadas com isso estão as formulações que orientam a crítica pungente à militância intelectual pautada no credo profissional, forjada na bandeira da democracia como válida dentro de uma coerência com a profissão e com a intervenção pública. Para Florestan Fernandes, marginalmente situado do ponto de vista institucional, a articulação dessa coerência, já encetada, no mínimo, há décadas, oferece matéria para crítica, inteligível à luz das transformações no interior do meio intelectual, tais como a crescente especialização, fomento a pesquisas e pós graduação, patrocinadas pelo próprio regime militar.

De forma geral, nesse segundo momento, o autor enfrenta o impasse de quem se vê diante da força da ordem e da ausência da contestação – e, ao mesmo tempo, recusa-se veementemente a aceitar seu ofício como um mero exercício de reprodução dessa mesma ordem. É certo que seus depoimentos ferem mortalmente o coração de seu projeto acadêmico político, mas não encetam a congruência entre a perspectiva da ruptura com a ordem no plano político e um papel intelectual correspondente a ela. À crise que fissura

seu projeto acadêmico político corresponde, portanto, no movimento de retorno crítico ao próprio passado, a *perda definitiva* de expectativas que ainda pairavam em seus escritos do período em que lecionava na Universidade de Toronto – cristalizada especialmente na adesão à perspectiva de “revolução contra a ordem”, cuja contraface é a condenação das soluções dentro da ordem como máscaras da “conciliação”, imbricada à crítica institucional que empreende.

O período encerrado entre 1979 – quando recusa retornar à USP pela Anistia – e 1983 – quando publica “Introdução a Marx/Engels”, na seção de História da coleção Grandes Cientistas Sociais, que coordena – caracteriza-se pela saída de um terreno dicotômico, de oposição entre autonomia e compromisso político, para os marcos da dialética entre ambos. A sofreguidão vivida pelo autor até essa passagem pode ser acompanhada pela atividade docente na PUC-SP, encarada como “*desobediência civil*”. A reflexão que nos ocupa figura em duas publicações daí resultantes: *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* e *A natureza sociológica da Sociologia* – obra em que amplia as dramáticas e definitivas conclusões de *A revolução burguesa no Brasil* e de sua autobiografia intelectual, para o âmbito do pensamento sociológico em geral. A atual “profissionalização” *garantiria um isolamento social e interditaria uma autonomia científica* que, erigindo a fragmentação, o pragmatismo e a abstração da história como critérios de elaboração e valoração científica, submete em definitivo o pensamento. Por isso, o que era pré-requisito para *autonomia* – atuação estrita à esfera de competência *a la intelligentsia moderna* – torna-se sua maior ilusão. As críticas acumuladas à *intelligentsia* controlada, não autônoma, cooptada pelo capitalismo monopolista transvertido nos louros do prestígio profissional, à instituição e aos centros de pesquisa, somadas à tabula rasa que faz da teoria a partir da crítica teórica parecem encontrar razão de ser no retorno a Marx e na conformação de *uma prática científica que fosse historicamente ativa no processo que conduz do irracionalismo que a aliena para um racionalismo que a emancipe, expectativa que tem por pressuposto, então, a sociedade socialista*.

Com efeito, *no trato da trajetória intelectual, teórica e política que origina a ciência social histórica*, apresentado em sua “Introdução a Marx/Engels”, encontramos a *concepção do próprio autor* sobre o que seja o papel do cientista social num processo de “crise de civilização”, que opõe a contra-revolução burguesa à revolução socialista. O eixo da reflexão altera-se – e passa das oportunidades perdidas e dos equívocos no tempo pretérito para as oportunidades presentes, deslocamento que se manifesta tanto nas análises conjunturais em que a “história” vem a ser construída como “negação da estrutura”, quanto na problemática da identidade intelectual, manifesta na “Introdução a Marx/Engels”. Estão em tela complexas relações, marcadas pela múltipla contemporanei-

dade, compartilhada por cientista, sociedade e conhecimento, pela subjetividade histórica de intelectual e movimento revolucionário, por uma modalidade distinta de objetividade científica *que elimina o intervalo técnico, social e político entre produção e absorção do conhecimento*. No caminho que leva de uma a outra ordem social, a ciência não assume as mesmas funções que tinha em seu projeto primeiro – deixando a “intervenção planejada” postergada a uma sociedade que já se encontra em vias de consolidação do socialismo, e de superação dele, na direção do comunismo. No processo revolucionário, a ciência identifica-se com as forças cerceadas pela natureza da (contra)revolução burguesa e da dominação do capitalismo monopolista, construindo uma contra-irracionalidade, que seria, ela sim, a racionalidade emancipadora originária da modernidade. Por isso, *intelligentsia* e *los de abajo* concretizam uma unidade: eliminados, em suas expectativas, pelo capitalismo monopolista, constituem-se como forças cuja realização histórica vincula-se à destruição dele e à subsequente realização da modernidade numa sociedade socialista. Em suma, as condições de realização da modernidade estão vinculadas à sociedade socialista, para os países da periferia do capitalismo (Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues, UFSCar. Publicada em setembro/outubro de 1983. In: *Cientistas do Brasil*. Depoimentos. Edição comemorativa dos 50 anos da SBPC, 1998).

Gabriel Cohn, na obra citada, afirma haver em Florestan Fernandes uma passagem de “Mannheim a Lênin” - com o que certamente concordamos. Mas entre um e outro, esse retorno a Marx nos parece elucidativo e necessário do ponto de vista do encaminhamento *lógico e teórico* da problemática que buscamos apresentar. Porém, esse retorno não se daria exclusivamente pelo desdobramento lógico e teórico da reflexão. Historicamente ele seria convocado pela eclosão de *los de abajo* no cenário político nacional. Nem sua obra, nem o meio intelectual como um todo passou incólume à emergência das greves de 1979, do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais. É a junção dos rumos da reflexão com a emergência histórica inédita de *los de abajo* que viceja nos escritos de Florestan Fernandes no final dos setenta. O reconhecimento – ainda que sofregamente lúcido com relação aos “perigos” em jogo – daquilo que obstinadamente perseguiu, por caminhos teóricos, sociológicos e socialistas, atravessados politicamente pelo drama do desencontro, alimenta a “chama interior”. No papel de *publicista* – assumido quando passa a escrever periodicamente na *Folha de S. Paulo* – leva aos extremos as vicissitudes e as virtualidades possíveis histórica e politicamente, tanto na direção da realização revolucionária de suas expectativas, quanto, especialmente, na direção da *conciliação* e da eterna recomposição política por *cima*, sob o controle das camadas dominantes. Ele, em suma, enfrenta os impasses entre a certeza e incerteza de uma interpretação da história que se vê diante de um *processo histórico em curso*; que demanda uma *atuação política*, a ser ela-

borada a partir da luta de classes e de uma perspectiva especificamente revolucionária, o que significa adotar o imprevisível no corpo de um programa que se quer prospectivo, indicativo – desafio tormentoso ao sociólogo afeiçoado ao “controle racional”. Publicista, editor, entrevistador e entrevistado, articulista de jornais nancicos e da grande imprensa – aí figuram todas as atividades que pudesse açambarcar com sua arredia convicção revolucionária – revérbero de uma indomável personalidade, mas, sobretudo, do empenho pela análise precisa, sem a qual aquela não se sustentaria política e intelectualmente.

Um sentido percorre essas fases. O projeto acadêmico político, elaborado ao longo dos anos de seu circuito institucional universitário, passa por um processo de *crise*, em que alguns aspectos são modificados, sem configurar uma reestruturação de conjunto; de *perda*, em que referenciais teóricos e institucionais são desarranjados em conjunto, mas ainda não se equacionam em novo edifício teórico; e de *redefinição*, quando então a identidade intelectual é concebida, pelo rearranjo do projeto acadêmico político, numa nova proposta de autonomia, coesa com as nuances de suas interpretações gerais, em relação à modernidade nacional e ao capitalismo monopolista. Fica patente que se a “adesão de Florestan Fernandes à ciência caminha *pari passu* com a forte ligação à universidade”, como analisou Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) – o desligamento e a crítica desconcertante a esta não eliminam do horizonte a adesão à ciência. A aposta na ciência se mantém, *a despeito e não por causa das instituições*, crescentemente identificadas com as forças sufocantes da ordem capitalista periférica, que abortam a realização da emancipação prometida pela modernidade originária. Dessa maneira, a convicção racionalista na ciência opõe a *sociologia como ciência à sociologia como profissão*, resguardando à primeira os valores corrompidos pela segunda. Embora a “sociologia como ciência” tenha se transformado estritamente em “sociologia profissional”, para Florestan Fernandes, o controle social e político sobre a ciência só ratifica sua concepção, segundo a qual, a Sociologia “enquanto ciência” é intrinsecamente revolucionária (FERNANDES, 1980, p.59 e 61).

Acompanhando as delicadas nuances em seu trajeto, perscrutamos o enfrentamento do fracasso das expectativas individuais e coletivas que pulsavam no coração de seu projeto acadêmico, afinal, a aposta nas forças vetoradas da modernidade contra o arcaísmo não deixava dúvida quanto à iminente superação do “atraso” em relação à civilização moderna ocidental. Ressaltando as metamorfoses que sofre a reflexão acerca da condição do cientista social e das condições de realização do intelectual moderno – esse trabalho pôde percorrer o tortuoso caminho que liga a concepção desse projeto à convicção de sua impossível realização senão por uma via revolucionária contra a ordem. A concepção racionalista de ciência é resguardada e afina às viragens por meio da utopia de racional-

Lidiane Soares Rodrigues

zação da vida social, enfatizada por Sylvia Gemignani Garcia, op. cit., projeto último que dá sentido às suas convicções, numa nova proposta de intervenção intelectual, acoplada a um processo histórico especificamente revolucionário, no qual deposita a expectativa da efetiva instauração de uma ordem compatível com a ciência enquanto saber racional. Sobrevivente rebelde, a autocrítica foi uma das fontes da veemência com que defendia suas posições. Por isso, reconstituía-se, reformulava-se, refazia-se com rigor mais austero, talvez, que o de seus próprios críticos. Esse traço fez com que concepções se transformassem justamente para que as causas não fossem jamais abandonadas – como esse trabalho espera ter mostrado.

¹Doutoranda do Departamento de História da Universidade de São Paulo. A pesquisa desenvolvida, que resultou em dissertação de mestrado foi defendida nesse mesmo Departamento e contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: bailadoraandaluza@yahoo.com.br

Bibliografia

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. GARCIA, Sylvia Gemignani. Florestan Fernandes, mestre da sociologia moderna. Brasília: Paralelo 15/Capes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre, “The role of intellectuals in the modern world”. *Telos*, n. 81. Nova York, 1989.
- CANDIDO, Antonio. Lembrando Florestan Fernandes. São Paulo: [s.n.], 1996.
- COHN, Gabriel. “Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes”. In.: Ricardo Antunes; Reginaldo Moares; Vera Ferrante (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- D’INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel, 1974, 2ª ed.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *A natureza sociológica da Sociologia*, São Paulo: Ática, 1980.
- _____. “Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues, UFSCar”. Publicada em setembro / outubro de 1983. In.: *Cientistas do Brasil. Depoimentos. Edição comemorativa dos 50 anos da SBPC*, 1998.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar. Sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MARTINEZ, Paulo Henrique (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- ROMÃO, Wagner de Melo Romão. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas, 2006.